

BAHIA EM PAZ: SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA

Dentre as atribuições que legitimam o papel do Estado moderno, a promoção da segurança, justiça e cidadania se impõe como um dos mais importantes para marcar o seu desempenho como provedor das necessidades básicas da sociedade. Desde a última década, quando passou a se incluir entre os problemas de maior gravidade para a população, a questão da violência, especialmente a urbana, passou a constituir assunto de primeira ordem na pauta governamental.

Em 2004, o Governo do Estado empenhou-se em assegurar aos baianos os direitos elementares à paz e à justiça. Para tanto, empreendeu ações de envergadura, em articulação com as esferas oficiais dos três níveis de governo, além de parceiros da iniciativa privada e do Terceiro Setor, com vistas a inibir os fatores geradores da violência, reprimir a criminalidade e reduzir os indicadores de violência, de forma a ampliar o sentimento de segurança na população baiana.

O combate à violência se fez acompanhar de um elenco de iniciativas voltadas para garantir o acesso à justiça. A expansão da oferta desses serviços se concretizou mediante investimentos significativos na modernização da assistência jurídica à população carente.

PREVENÇÃO E CONTROLE CRIMINAL

Em resposta à dimensão preocupante que a questão da segurança pública vem assumindo em todo o país, o Governo do Estado buscou

dotar a Secretaria da Segurança Pública – SSP e a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos – SJDH de condições mais adequadas ao desempenho de sua missão, de forma a introduzir novos padrões de eficácia e agilidade no combate à criminalidade, especialmente na repressão ao crime organizado.

Com tal propósito, foram realizados investimentos na modernização dos sistemas de informática e telecomunicações, na formação e qualificação profissional, na ampliação da frota de veículos e na construção, recuperação e aparelhamento das unidades de segurança e prisionais. Ao longo do exercício 2004 foram aplicados R\$ 20,4 milhões em obras de construção, recuperação e adaptação de unidades. As intervenções de maior relevância foram a construção e ampliação de unidades prisionais, que possibilitaram incorporar 828 vagas ao sistema penal do Estado.

As mudanças abrangeram a própria reestruturação da SSP, autorizada pela Lei nº 9.777, de 7 de outubro de 2004. Foram criadas mais 11 Delegacias Circunscricionais, duas Delegacias de Proteção Ambiental, três Delegacias de Repressão a Furtos e Roubos, quatro Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, além da primeira Delegacia Especial de Atendimento ao Idoso. A instalação dessas unidades se processará até 2007. Foram implantadas três Companhias Especiais do Interior: a Caema, a Caesf e a Caesa.

A implementação dessas novas unidades policiais contempla a estratégia de redimen-

sionamento das áreas de abrangência, levando-se em conta a extensão territorial e os índices de ocorrências policiais. Dessa forma, se buscou ajustar melhor a presença policial à política de combate à criminalidade e prevenção à violência em todo o Estado.

O sistema penitenciário foi ampliado em 828 novas vagas decorrentes das obras já concluídas e outras 1.714 vagas deverão ser incorporadas com a finalização das obras que se encontram em andamento.

Os investimentos realizados na prevenção e combate à criminalidade e ressocialização dos apenados totalizaram R\$ 1,1 bilhão em 2004, conforme Tabela 1.

Expansão e Melhoria das Unidades de Segurança Pública

Em 2004 foram aplicados R\$ 2,1 milhões em obras de construção e melhoria de unidades de segurança, envolvendo delegacias, unidades de fronteira, batalhões e prédios administrativos.

Um total de R\$ 2,1 milhões foi investido em obras de construção, recuperação e adaptação das unidades de segurança pública. Foram concluídas as obras de construção de sete unidades de segurança, sendo seis no interior do Estado. Encontra-se em andamento a construção de quatro unidades de segurança, todas no interior.

Dentre as intervenções, merece destaque a construção da 22ª Coordenadoria Regional de Polícia no Município de Guanambi, destinada ao atendimento de uma população de 90 mil habitantes. O imóvel, ocupando 1.125 m² de

TABELA 1

INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA BAHIA, 2004

ÁREA	RECURSO (EM R\$ 1.000,00)
Aparelhamento das Polícias	59.651
Aparelhamento do Sistema Penitenciário	5.549
Formação de Recursos Humanos	1.546
Operações Policiais	6.112
Perícias e Identificação Civil	1.350
Apuração de Infração Penal	322
Policiamento de Trânsito	4.225
Policiamento e Segurança Pública de Rodovias	3.465
Reintegração Social do Preso	322
Manutenção das Polícias	917.816
Manutenção do Sistema Penitenciário	81.536
TOTAL	1.081.894

Fonte: ICF. Elaboração: SEPLAN/SGA

área construída, abriga, além de instalações adequadas ao público e funcionários, setores do Departamento de Polícia Técnica – DPT, com capacidade para realizar diversos tipos de perícias criminalísticas.

Também foram concluídas, durante o exercício de 2004:

- A recuperação da Delegacia de Porto Seguro, região de grande importância para o turismo;
- A construção do 19º Batalhão da Polícia Militar em Jequié, proporcionando mais segurança para uma população de 165 mil habitantes;
- A construção das unidades de divisa de Campo Alegre de Lourdes e Rio Real, fortalecendo as fronteiras do Estado;
- As construções das Delegacias de Pequeno Porte de Riachão do Jacuípe e Ribeira do Pombal;



22ª Coordenadoria Regional de Polícia – Guanambi

- A reparação do imóvel e instalação da 28ª Delegacia de Polícia, que vai atender às populações do Nordeste de Amaralina, Santa Cruz, Chapada do Rio Vermelho e Vale das Pedrinhas;
- A recuperação da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes – DTE e da Delegacia de Homicídios – DH (Barris);
- A recuperação da Academia da Polícia Militar, incentivando os treinamentos e cursos de formação; e
- A adaptação de um prédio para a instalação e operação da Corregedoria Geral da Segurança Pública.

Cabe destacar que a instalação da 28ª Delegacia se insere no Projeto Viva Nordeste, que tem por objetivo melhorar a qualidade de vida daquela comunidade, através da articulação de ações de várias secretarias do Estado, da Prefeitura Municipal, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Dentre as obras executadas no exercício, destaca-se o Distrito Integrado de Segurança

Pública – Disep, localizado no subúrbio ferroviário de Salvador, que conta com a participação de recursos do Governo Federal e do Governo do Estado. Esta nova mentalidade de trabalho, que integra as Polícias Civil e Militar, o DPT, o Corpo de Bombeiros e o Departamento Estadual de Trânsito – Detran em uma só estrutura, propiciará um serviço de segurança eficaz para a população residente nas áreas do Lobato, Plataforma, Escada, Itacaranha, Praia Grande, Periperi, Coutos e Paripe. Esta Unidade de Segurança funcionará nos moldes do bem-sucedido Distrito Integrado de Segurança Pública de Vitória da Conquista, inaugurado em dezembro de 2001. A Tabela 2 apresenta o conjunto de obras concluídas e em andamento em 2004.

O Quadro 1 a seguir apresenta as unidades operacionais criadas no exercício de 2004. Cabe destacar que a instalação das delegacias se processará até 2007.

Aparelhamento das Unidades de Segurança Pública

Com o objetivo de ampliar a frota utilizada na manutenção da segurança pública, foram adquiridos 313 veículos, sendo 308 para patrulhamento e cinco para transporte de cadáveres, com aplicação de R\$ 13,3 milhões de recursos próprios do Estado e mais uma pequena parcela resultante de convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp. Também já foram adquiridos, diretamente pela Senasp, 75 veículos, cuja entrega depende tão-somente dos serviços de adaptação e de vistoria.

TABELA 2

CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA
BAHIA, 2004

EQUIPAMENTO	MUNICÍPIO	RECURSO (EM R\$ 1.000,00)
OBRAS CONCLUÍDAS		1.341
Construção da 22ª Coordenadoria (PC/PT)	Guanambi	46
Construção do 19º Batalhão (PM) (*)	Jequié	–
Construção de Unidade de Divisa Conjugada (PC/PM)	Campo Alegre de Lourdes	123
Construção de Unidade de Divisa Conjugada (PC/PM)	Rio Real	129
Construção de Delegacia de Pequeno Porte (PC)	Riachão do Jacuípe	73
Construção de Delegacia de Pequeno Porte (PC)	Ribeira do Pombal	165
Construção do Disep (SSP)	Salvador (Periperi)	205
Recuperação de Delegacia de Médio Porte (PC)	Porto Seguro	108
Recuperação de Unidade Administrativa (PM)	Salvador – Academia	103
Recuperação de Delegacia Especializada – DTE e DH (PC)	Salvador (Barris)	17
Adaptação de Unidade Administrativa – Corregedoria (SSP)	Salvador	143
Reparação de Imóvel para Instalação da 28ª Delegacia (PC)	Salvador (Nordeste de Amaralina)	74
Recuperação de Stand de Tiro (PM)	Salvador	49
Recuperação do 7º Batalhão (PM)	Irecê	105
OBRAS EM ANDAMENTO		736
Construção de Delegacia de Pequeno Porte (PC)	Botuporã	132
Construção de Delegacia de Pequeno Porte (PC)	Cipó	–
Construção de Unidade de Divisa Conjugada (PC)	Formosa do Rio Preto	304
Construção de Delegacia de Pequeno Porte (PC)	Santo Estêvão	176
Recuperação de Delegacia de Pequeno Porte (PC)	Itacaré	35
Recuperação de Unidade de Segurança (PC)	Chorrochó	70
Recuperação da Carceragem do Batalhão de Choque	Lauro de Freitas	19
TOTAL		2.077

Fonte: SSP; SEDUR/Sucab

(*)Obra concluída com recursos do Orçamento de 2003

QUADRO 1

UNIDADES OPERACIONAIS DE SEGURANÇA CRIADAS
BAHIA, 2004

DELEGACIAS	MUNICÍPIOS
1 Delegacia do Idoso 2 Delegacias Ambientais 3 Delegacias de Furtos e Roubos 4 Delegacias de Atendimento à Mulher 11 Delegacias Circunscriçionais	Salvador Salvador e Lençóis Alagoinhas, Eunápolis e Jequié Ilhéus, Juazeiro, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista Salvador (Nordeste de Amaralina, Cajazeiras, Plataforma, Saramandaia e Canabrava), Camaçari, Lauro de Freitas, Feira de Santana, Luís Eduardo Magalhães, Mucuri e Porto Seguro
COMPANHIAS ESPECIAS	
Caema – Companhia de Ações Especiais da Mata Atlântica – Sede Nova Viçosa (Implantada) Caesg – Companhia de Ações Especiais do Sudoeste e Gerais – Sede Cândido Sales (Implantada) Caesa – Companhia de Ações Especiais do Semi-Árido – Sede Xique-Xique (Implantada) Caep – Companhia de Ações Especiais do Paraguaçu – Sede Esplanada	

Fonte: SSP

Já se encontra licitada a aquisição de mais 700 veículos, de grande, médio e pequeno porte, inclusive veículos para as corregedorias (Geral, da Polícia Civil e da Polícia Militar), motocicletas e veículos especiais para o DPT. A ampliação da frota de veículos da SSP mobiliza recursos em torno de R\$ 46 milhões, originários em quase sua totalidade do Tesouro Estadual. (Tabela 3).

O Gráfico 1 apresenta a evolução da compra de veículos operacionais para a segurança pública no período de 1999 a 2004.

Um total de 15 unidades operacionais e administrativas de segurança pública foram equipadas ou reequipadas neste exercício. Dentre elas incluem-se as Corregedorias (Geral, da Polícia Militar e da Polícia Civil), a Ouvidoria, a Coordenadoria Administrativa da Polícia Civil, a 28ª Delegacia de Polícia (Nordeste de Amaralina), a 16ª Delegacia de Polícia



Viaturas – Camaçari

(Pituba), a DTE, a DH e as Unidades Integradas de Segurança Pública situadas em Campo Alegre de Lourdes e Rio Real, que, na condição de unidades de fronteira, tiveram as condições operacionais otimizadas com a aquisição de 139 armas e 6.600 cartuchos de munição.

A modernização do Instituto de Identificação Pedro Mello – IIPM está sendo viabilizada com a aplicação de recursos da ordem de R\$ 2 milhões, destinados à reforma e organização dos arquivos

TABELA 3

**AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SSP
BAHIA, 2004**

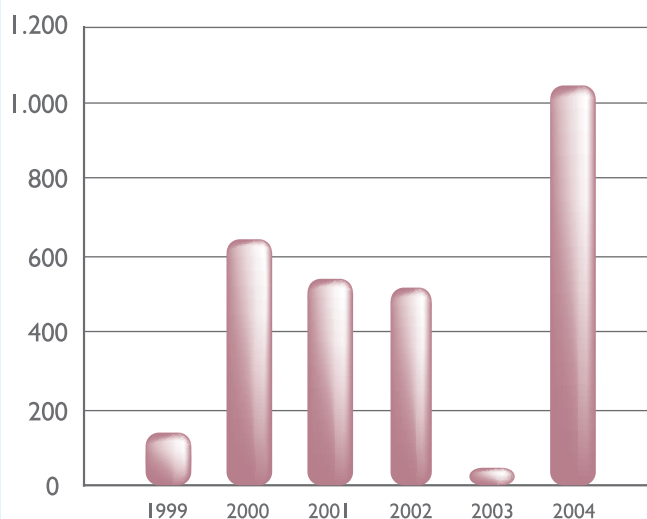
TIPO	SITUAÇÃO			TOTAL
	ADQUIRIDOS	A ENTREGAR PELO SENASP *	LICITADOS	
Ambulância	–	–	1	1
Caminhão Baú	–	–	1	1
Guincho	–	1	1	2
Microônibus	–	–	4	4
Motocicleta	–	43	–	43
Ônibus (52 lugares)	–	–	6	6
Pick-up	53	3	152	208
Rabecão	5	2	8	15
Transporte de Animais	–	–	1	1
Viatura não padronizada	–	8	55	63
Viatura Presídio	–	3	1	4
Viatura de Patrulhamento Ostensivo	255	15	470	740
TOTAL	313	75	700	1.088

Fonte: SSP

* A entrega do veículo depende dos serviços de adaptação e de vistoria

GRÁFICO 1

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS PARA A SSP BAHIA, 1999–2004



Fonte: DOP/SSP

decatilar e onomástico e à digitalização das fichas do arquivo civil e criminal. Resultante de convênio firmado entre o Ministério da Justiça e o Governo da Bahia, o projeto, já em execução, dotará os laudos periciais de maior confiabilidade e condições de conservação.

Outros investimentos de grande relevância, também fruto de parcerias com o Ministério da

Justiça, começaram a ser executados no atual exercício. Cabe mencionar a modernização tecnológica de outros organismos de segurança pública, com vistas à coleta, armazenagem e disseminação de informações, com destaque para o sistema integrado de comunicações da SSP, voltado ao atendimento das solicitações e denúncias da sociedade.

A modernização abrange ainda a implantação do sistema de vigilância do Centro Histórico de Salvador, com monitoramento por meio de circuito fechado de televisão; a intensificação do policiamento em áreas de divisas do Estado, combatendo delitos, principalmente de organizações criminosas que migram de outros Estados, além do fortalecimento dos órgãos de controle interno.

Implantado o sistema de vigilância do Centro Histórico de Salvador, através de circuito fechado de televisão.



Delegacia de Homicídios



Sistema de Vigilância

Os convênios celebrados no final de 2003 com o Ministério da Justiça com vistas ao aparelhamento da SSP totalizam um investimento de R\$ 12 milhões. Em novembro de 2004 foram firmados mais 13 convênios de cooperação técnica e apoio financeiro, no valor total de R\$ 8,4 milhões, destinados às ações de segurança pública na Bahia.

Quanto à modernização tecnológica, a SSP está investindo na atualização da infra-estrutura de *hardware*, de *software* e de rede das suas organizações. Através de convênio celebrado com o Ministério da Justiça, da ordem de R\$ 1,7 milhão, estão sendo adquiridas estações de monitoramento de rede de segurança, microcomputadores portáteis, *no-break*, impressoras, servidores de rede, de bancos de dados e de aplicação, programas especializados em análise e investigação, antivírus e um sistema de controle de acesso.

A aquisição e instalação de equipamentos de telecomunicação e radiocomunicação, com o objetivo de otimizar o atendimento do sistema operacional e a unificação dos serviços 0800 – Disque Denúncia e Ouvidoria, estão sendo viabilizadas mediante convênio, da ordem de R\$ 4 milhões, celebrado com a Senasp. Concluído o projeto, a SSP terá a infra-estrutura que permitirá registrar, selecionar, processar e encaminhar denúncias de forma rápida e satisfatória, assegurando ao cidadão que as providências cabíveis serão tomadas.

Outro projeto de relevância relacionado ao serviço de informações da SSP é a implantação do Sistema de Gestão de Informações Policiais, que tem por

objetivo fornecer dados para os trabalhos de planejamento policial, inteligência e de investigações criminais. Este sistema, que irá substituir o Sistema de Atendimento Policial – Sisap, já vem sendo utilizado com sucesso pelo Corpo Nacional de Polícia da Espanha e por outros países da União Européia. O projeto técnico já se encontra elaborado, estando em andamento as negociações com o governo espanhol e o Senasp com vista ao seu financiamento, o que demandará recursos da ordem de U\$ 10 milhões.

A modernização dos sistemas de informática e telecomunicações da SSP compreendeu as seguintes ações:

- Aquisição de 229 microcomputadores;
- Instalação de circuito de dados em 78 unidades da Polícia Civil;
- Integração lógica e física dos serviços de telefonia 190, 193 e 197;
- Instalação de rádios em todas as viaturas da Capital;
- Instalação de repetidoras na Capital e no interior; e a
- Implantação do Sistema de Informações da Superintendência de Telecomunicações – Stelecon.

Formação e Qualificação de Profissionais

A Academia da Polícia Civil – Acadepol, realizou, no final de 2003 e início de 2004, o curso de formação dos novos agentes, escrivães e delegados de polícia, aprovados em

concurso público, objetivando a renovação do quadro de funcionários e a formação de uma polícia mais eficaz. Foram formados 203 delegados de polícia, 420 agentes de polícia e 227 escrivães de polícia. Com a convocação dos concursados, o efetivo da Polícia Civil passou a ser de 898 delegados, 3.530 agentes e 849 escrivães. A Polícia Militar, por sua vez, convocou 1.600 soldados aprovados em concurso em 2001, para preenchimento das vagas existentes. Com a incorporação desses 2.451 servidores sobe para 39 mil o contingente de policiais civis e militares em atuação na Bahia.

Seguindo a premissa de manter os profissionais atualizados, capacitados e motivados foram realizados diversos cursos e treinamentos, voltados para os servidores da área fim e da área meio. Entre os cursos voltados para a área finalística da Secretaria podem ser destacados os apresentados na Tabela 4, que beneficiaram 2.657 servidores.

O Departamento de Polícia Técnica, junto com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia, está programando a realização de um concurso público que tem a previsão de preencher 412 vagas. Serão 100 vagas de peritos médicos, 100 vagas de peritos criminais, 12 vagas de peritos odonto-legais e 200 vagas de peritos técnicos.



Curso de Especialização

TABELA 4

**FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO
DOS SERVIDORES
BAHIA, 2004**

CURSO/TREINAMENTO	SERVIDORES
Formação de Agente de Polícia	420
Formação de Delegado de Polícia	203
Formação de Escrivão	227
Gestão de Segurança Pública	49
Análise Toxicológica Sistemática – DPT	2
Examinadores de Trânsito – Detran	48
Vistoria – Detran	29
Tropa Montada para Oficiais – CTM/O	17
Tropa Montada para Praças – CTM/P	36
Adaptação à Caatinga para Praça – CAC/P	28
Treinamento de Adaptação à Mata Atlântica – Cama	36
Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública – Cegesp	35
Especialização em Segurança Pública – CESP	46
Motociclista Militar-Escolta e Segurança para Praça – CMMES/P	28
Motociclista Militar-Escolta e Segurança para Oficiais – CMMES/P	10
Curso Especial de Formação de Sargentos – Cefs	462
Curso Capacitação de Operadores de Rádio – COR	174
Capacitação sobre Violência e Criminalidade Infanto-Juvenil – CVCIJ	184
Feitos Investigatórios – CFI	109
Especialização em Socorrismo de Equinos – Ceseq	20
Trânsito Urbano – CTU	44
Formação de Oficiais da Polícia Militar – Formados	154
Formação de Oficiais da Polícia Militar – Em Andamento	172
Formação de Soldados 2003/2004 – CFSD	69
Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd	31
Operações Policiais Especiais – Copes	24
TOTAL	2.657

Fonte: SSP

Prevenção e Controle da Ordem Pública

O elenco de ações deflagradas pelo Governo do Estado da Bahia no exercício de 2004 na esfera da segurança pública objetivou a conquista de um padrão superior de desempenho das atividades policiais, mediante o aprimoramento e modernização das polícias, a criação de forças-tarefas de combate à criminalidade e o uso da inteligência policial, com vistas a assegurar à sociedade níveis satisfatórios de controle da violência e da criminalidade.

Pela sua condição de Estado turístico, a Bahia vem se empenhando no policiamento dos eventos populares e pontos de visitação de turistas estrangeiros e nacionais, coibindo a ocorrência de atos delituosos e propiciando segurança e conforto tanto ao cidadão visitante como àqueles que estão trabalhando nesses locais.

Nos eventos, a Polícia tem utilizado equipamentos de última geração, tais como câmeras de circuito de TV e detectores de metal, além de moderna tecnologia de comunicação, delegacias móveis e postos ligados em rede, viaturas equipadas com computadores portáteis e um efetivo policial compatível.

OPERAÇÃO CARNAVAL

2 milhões de foliões, 25 km de circuito, 15 mil policiais militares mobilizados, 1.500 patrulhas móveis, 36 postos de comando, 100 postos elevados de observação, 17 câmaras de filmagem fixas e móveis.

Entre os eventos populares policiados, destaca-se o Carnaval, que em Salvador reúne um público médio de 2 milhões de foliões, distribuídos em circuito de 25 quilômetros de extensão. Objetivando manter a ordem e a tranquilidade, a SSP empregou no Carnaval de 2004 um efetivo de 15 mil policiais militares treinados e capacitados a garantir a segurança dos foliões no circuito e áreas adjacentes.

Foram instalados 36 postos de comando, dos quais 11 em conjunto com a Polícia Civil. Um total de 100 postos elevados de observação facilitaram a visualização das ocorrências. Contou-se ainda com o apoio tecnológico de 17



Operação Carnaval

câmeras de filmagem fixas e móveis que atuaram, durante 24 horas por dia, monitorando pontos estratégicos, possibilitando encurtar o tempo transcorrido entre a constatação de uma ocorrência e o pronto emprego das 1.500 patrulhas atuantes na festa.

Através das Companhias de Ações Especiais foram desenvolvidas diversas operações de combate ao crime organizado e tráfico de drogas em todo o Estado, especialmente nas áreas de fronteira com o Piauí, Tocantins, Goiás, Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais e Espírito Santo. O sucesso dessas companhias já foi comprovado pelos resultados satisfatórios no combate à criminalidade.

Outra importante medida contra a criminalidade foi a criação, em março de 2004, da Força-Tarefa de Repressão a Roubos a Bancos, que conseguiu frustrar tentativas de assalto e desarticular diversas quadrilhas, prendendo mais de 100 pessoas. Como resultado dessa atuação, constata-se uma redução de 11,7% no roubo a bancos em todo o Estado, comparando-se os exercícios de 2003 e 2004.

Entre as ações desenvolvidas pela Força-Tarefa e que contribuíram para a redução desse tipo de delito podem ser destacadas:

- Desarticulação da quadrilha de Caio, em Feira de Santana, no mês de abril de 2004, responsável pelo assalto ao Banco do Brasil do município de Maracás;
- Desarticulação da quadrilha de Marlom, responsável por invadir a Delegacia de Rafael Jambeiro e por assaltar a casa lotérica do município, com a prisão do seus integrantes, nos municípios de Salvador, Feira de Santana e Gandu, no mês de maio de 2004;
- Desarticulação de quadrilhas responsáveis por diversos assaltos, como os realizados contra agências do Banco do Brasil em municípios do interior (Presidente Tancredo Neves, Nova Canaã, Itarantim, Iaçú e Iguaí), e por uma tentativa de seqüestro do gerente do Banco Bradesco em Salvador.

Na repressão ao tráfico de drogas e ao crime organizado, notadamente através da Força-Tarefa de Combate ao Narcotráfico, destacam-se as seguintes ações e seus resultados:

- Operação Ravengar – Desarticulação da maior quadrilha de tráfico de cocaína da Bahia, com a prisão do seu líder, Raimundo Alves de Souza, o Ravengar, e de outros acusados. Esta quadrilha estruturou a sua atividade criminosa no bairro de São Gonçalo do Retiro, em Salvador, e tentava se estabelecer em outras áreas carentes. A ação foi comandada pela

Força-Tarefa composta por policiais da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes – DTE, do Centro de Operações Especiais da Polícia Civil – COE, da Superintendência de Inteligência – SI e do Batalhão de Choque da PM, além de promotores e representantes do Ministério Público;

- Operação Ouro Verde – Apreensão, no município de Várzea Nova, de 1,5 tonelada de maconha pronta para o consumo, erradicação de 500 mil pés da erva e a prisão de 24 integrantes da quadrilha. Além disso, foram apreendidos veículos e armamento. A operação resultou num prejuízo de R\$ 3 milhões para o crime organizado;
- Operação Pelourinho Seguro – Apreensão, pela Delegacia de Proteção ao Turista – Deltur, na área do Centro Histórico de Salvador, de 200 pedras de crack, 25 papелotes de cocaína e 96 de maconha. A operação resultou, ainda, na recuperação de bens roubados de estabelecimentos comerciais localizados no Pelourinho, Barroquinha e Baixa do Sapateiro;
- Destruição de duas grandes plantações de maconha, através de operação conjunta da Companhia Independente de Ações no Cerrado – Ciac e da Delegacia de Santa Rita de Cássia. Uma das plantações possuía 10 mil pés prontos para a colheita e 200 quilos da drogas prensada; a outra possuía 30 mil pés de maconha;
- Apreensão de 330 quilos de drogas e detenção de 20 traficantes que negociavam o produto, através de operação da DTE



Operação Policial de Apreensão de Drogas

conjuntamente com a SI, o COE, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público;

- Prisão de 334 traficantes e detenção de 1.080 pessoas, com a apreensões, entre 2003 e início de 2004, de cinco toneladas de maconha, 4,5 quilos de cocaína, 2.111 pedras de crack e destruição de 351.156 pés de maconha.

Visando intensificar a investigação e a repressão a crimes de extermínio, o Governo do Estado constituiu, dentro da Polícia Civil, neste exercício, o Grupo Especial de Repressão a Crimes de Extermínio – Gerce, que, junto com uma força-tarefa composta pelo Ministério Público Estadual, pela Polícia Militar, pela Superintendência de Inteligência e pelo Departamento de Polícia Técnica, estão promovendo um combate sistemático a este tipo de crime. Os bons resultados podem ser constatados e comprovados pelos 21 mandados de prisão expedidos, dos quais 17 deles já cumpridos, e pela desarticulação de cinco grupos de extermínio que atuavam em diversas regiões do Estado.

Em novembro de 2004, a SSP criou o Grupo Especial de Repressão aos Crimes contra a

Administração e os Serviços Públicos – Gerccasp, que tem por objetivo coibir a utilização clandestina de energia elétrica e de água. Através de convênio de cooperação técnica, financeira e administrativa celebrado entre a SSP, a Coelba e a Embasa, foram disponibilizados viaturas e imóvel com a estrutura necessária para instalação e o funcionamento do Gerccasp, que também terá como atribuições inibir roubos, furtos e depredações de equipamentos e materiais daquelas empresas. Além de propiciar o treinamento de policiais e peritos, as empresas conveniadas arcarão com os custos de manutenção do grupo. O grupo atuará de forma integrada na RMS e no interior da Bahia. A importância da criação do Gerccasp pode ser dimensionada quando se verifica que o furto de energia provoca um prejuízo anual de cerca de R\$ 30 milhões no recolhimento do ICMS e de R\$ 120 milhões no faturamento da concessionária. Desde 2003 cerca de 30 pessoas já foram presas em todo o Estado por esse tipo de delito.

O avanço no processo de integração e modernização das Polícias Civil e Militar tem contribuído para o maior controle da violência, obtendo excelentes resultados e, conseqüentemente, aumentando a credibilidade do organismo policial junto à sociedade. Cabe destacar que a atuação da SSP tem contribuído para que a Bahia não ostente os índices de criminalidade apresentados por outros Estados.

Segundo dados do Ministério da Justiça, no ano de 2003, o Estado da Bahia apresentou uma taxa de homicídio de 20,6 mortes por

100 mil habitantes, abaixo da média nacional (23,0), e inferior a Estados como Espírito Santo (57,1), Rio de Janeiro (40,5), Pernambuco (29,3) e São Paulo (28,3), dentre outros.

A ocorrência de morte violenta entre jovens, um indicador representativo do grau de violência a que uma população está exposta, evidencia a posição confortável da Bahia, se comparada com os outros Estados da Federação. Neste particular, de acordo com relatório apresentado pela Unesco, a Bahia está classificada em 26º lugar, entre os Estados da Federação, no que diz respeito à taxa de mortes por causas violentas entre jovens de 15 a 24 anos. A Tabela 5 apresenta a taxa de mortalidade por causas violentas nessa faixa etária, por Estado.

Os dados computados pelo Centro de Documentação e Estatística Policial – Cedep, da SSP, por sua vez, revelam a redução de diversos tipos de ocorrências delituosas no Estado, entre os anos de 2003 e 2004, a exemplo de roubo a banco, furto de veículo e homicídio, que acusaram decréscimo de, respectivamente, 11,7%, 2,9% e 2,1% conforme Tabela 6.

Além das ações de caráter repressivo, cabe notar que a Secretaria da Segurança Pública desenvolve projetos na área social, como o Núcleo de Estudos e Atenção ao Uso de Drogas – Nead, que tem por objetivo a prevenção e tratamento do uso de álcool e substâncias psicoativas por parte dos servidores no desempenho da atividade policial. Desde a sua criação em junho de

TABELA 5

MORTALIDADE POR CAUSAS VIOLENTAS JOVENS DE 15 A 24 ANOS BRASIL, 2000

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TAXA DE MORTALIDADE (POR 100 MIL HABITANTES)	POSIÇÃO
Rio de Janeiro	128,57	1º
Pernambuco	127,97	2º
Roraima	125,76	3º
Espírito Santo	113,72	4º
São Paulo	111,68	5º
Distrito Federal	108,44	6º
Amapá	106,70	7º
Mato Grosso	96,57	8º
Mato Grosso do Sul	84,82	9º
Rondônia	78,51	10º
Goiás	74,35	11º
Paraná	69,92	12º
Alagoas	67,96	13º
Sergipe	65,99	14º
Tocantins	60,60	15º
Acre	59,95	16º
Amazonas	58,71	17º
Rio Grande do Sul	58,54	18º
Santa Catarina	53,82	19º
Ceará	51,53	20º
Paraíba	45,79	21º
Minas Gerais	40,05	22º
Pará	36,52	23º
Rio Grande do Norte	33,38	24º
Piauí	32,35	25º
Bahia	26,97	26º
Maranhão	21,34	27º

Fonte: Unesco, cif SSP

2000, já foram realizados cerca de 4 mil procedimentos entre atendimentos, reuniões e palestras, envolvendo, além dos policiais, os seus familiares. Durante o exercício de 2004, foram realizados 849 atendimentos.

Outra importante iniciativa é o Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual – Viver, que já registrou 2.736

TABELA 6**OCORRÊNCIAS POLICIAIS REGISTRADAS PELA SSP BAHIA, 2003/2004**

DISCRIMINAÇÃO	ANO		%
	2003	2004	
Roubo a Banco	60	53	-11,7
Furto de Veículo	4.574	4.441	-2,9
Roubo de Veículo	4.063	4.403	8,4
Homicídio	2.631	2.577	-2,1
Roubo em Ônibus Urbano	2.552	2.940	15,2
Roubo em Ônibus Rodoviário	205	303	47,8
Prisão em Flagrante	7.445	9.170	23,2
Apreensão de Armas de Fogo	5.145	5.243	1,9

Fonte: SSP

atendimentos no período de dezembro de 2001 a novembro de 2004.

Dando suporte às ações policiais, o DPT, por intermédio das suas unidades operacionais (Laboratório Central de Polícia Técnica, Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto e Instituto Médico Legal Nina Rodrigues), em 2004, expediu 58.099 laudos periciais, contribuindo, desta forma, para subsidiar a Justiça nos processos criminais. Foram expedidas também 844.748 carteiras de identidade pelo Instituto de Identificação Pedro Mello – IIPM.

Polícia Cidadã

Concebida para transformar o modelo tradicional de atuação da Polícia Militar, com a adoção de princípios inovadores de policiamento comunitário, a Polícia Cidadã, está obtendo resultados positivos, promovendo um estreitamento do vínculo de confiança entre a força policial e a comunidade e permitindo maior efetividade no combate à criminalidade. A participação da

comunidade no gerenciamento e auxílio das ações da polícia comunitária preventiva, através dos 107 Conselhos Comunitários de Segurança já instalados em todo o Estado, sendo 49 neste exercício, é uma das estratégias de interação com a sociedade, que vem contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade da segurança no Estado. A Tabela 7 apresenta a estrutura da Polícia Comunitária.

Com essa metodologia, a Polícia Militar conseguiu uma melhoria significativa na prestação dos serviços de segurança, efetivando mudanças emergenciais que influenciaram decisivamente na transformação de sua imagem para a população, que, a cada dia, demonstra-se mais satisfeita, principalmente, com as Companhias Independentes, que estão desenvolvendo seu trabalho junto à comunidade. A filosofia de trabalho não se preocupa apenas com o cidadão-cliente, mas também estabelece metas definidas e claras para a motivação do cidadão-policial e para a desburocratização da estrutura e dos serviços da Polícia Militar.



Polícia Cidadã

TABELA 7

POLÍCIA COMUNITÁRIA -
ESTRUTURA OPERACIONAL
BAHIA, 2004

ESTRUTURA OPERACIONAL	QUANTIDADE
Comando de Policiamento da Capital – CPC	27
Comando de Policiamento Metropolitano – CPOM	8
Comando de Policiamento Regional – CPR	4
Conselho Comunitário de Segurança Pública	107

Fonte: SSP

Contando com estatuto próprio, os conselhos comunitários de segurança buscam promover a integração contínua entre a população e o policial, incentivando o bom relacionamento das comunidades e suas lideranças com os representantes do sistema de segurança pública local.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd, desenvolvido pela Polícia Militar e atuando nos moldes do policiamento comunitário, oferece atividades educacionais voltadas à prevenção ao uso de drogas e à violência nas instituições de ensino na Bahia. O programa já foi aplicado em diversas escolas de Salvador e nos municípios de Juazeiro, Senhor do Bonfim, Vitória da Conquista e Feira de Santana, atendendo 2.500 alunos. Dezenas de policiais militares já concluíram o curso de Formação de Instrutores do Proerd, que consiste na capacitação de oficiais para atuarem em conjunto com educadores, estudantes, pais e a comunidade, em ações voltadas à prevenção ao uso de drogas e redução da violência entre crianças e adolescentes.

Controle Interno da Atividade Policial

Visando aumentar a confiança da sociedade na atuação dos organismos policiais, permitindo o esclarecimento com celeridade das denúncias de irregularidades que chegam ao conhecimento da SSP, o Governo do Estado implantou, no exercício de 2003, a Corregedoria Geral da Secretaria da Segurança Pública. Instalada inicialmente no prédio da SSP, no Centro Administrativo da Bahia – CAB, o órgão já conta com sede definitiva, no bairro de Amaralina, totalmente informatizada e com uma completa infra-estrutura. Em 2004, dos procedimentos administrativos instaurados, 500 resultaram em advertência, suspensão e detenção, e 63 em demissão, conforme a Tabela 8. A atuação da Corregedoria vem assegurando, desta forma, um melhor desempenho das ações correccionais, reduzindo a impunidade de policiais infratores.



Corregedoria Geral

TABELA 8**PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS
NO CONTROLE DA ATIVIDADE
POLICIAL
BAHIA, 2004**

PROCEDIMENTO	ÓRGÃO				TOTAL
	PM	PC	DPT	DETRAN	
Advertência	148	3	–	11	162
Suspensão	–	51	3	9	63
Detenção	275	–	–	–	275
Demissão	32	21	1	9	63
PMS indicados	40	–	–	–	40
Remessa de Autos (MP, Justiça)	331	–	–	–	331
TOTAL	826	75	4	29	934

Fonte: SSP/Corregedoria Geral

**MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA
PENITENCIÁRIO**

Entre os desafios enfrentados na gestão das políticas públicas estão, na área da segurança, o aumento da população prisional e as mudanças no seu perfil, mudanças essas associadas à emergência do crime organizado e de formas mais violentas de delinquência.

Para enfrentar esse desafio e permitir o adequado cumprimento da Lei de Execuções Penais, é necessária a ampliação do número de vagas no Sistema Penitenciário, eliminando ou reduzindo significativamente o déficit ainda hoje constatado, a melhoria da infraestrutura das unidades prisionais existentes e, por fim, a melhoria da gestão penitenciária.

Essas ações são essenciais para a redução dos focos de tensão e conflitos que inevitavelmente emergem em situações de privação da liberdade e para assegurar as condições necessárias para o êxito do processo de ressocialização dos apenados.

É com esse objetivo que o Governo do Estado vem desenvolvendo, através da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos e com o apoio do Ministério da Justiça, um ambicioso programa de expansão e melhoria do sistema penitenciário.

**Construção, Ampliação e Recuperação de
Unidades Prisionais**

O Sistema Penitenciário do Estado, conta, atualmente, com uma população prisional de 6.025 presos, revelando um crescimento de 12,7% em relação ao ano de 2003, conforme pode ser visualizado na Tabela 5. Em Salvador encontram-se 3.818 presos, 63,4%, distribuídos nas cinco Unidades Prisionais, no Hospital de Custódia e Tratamento – HCT, e no Centro de Observação Penal – COP. Os demais 2.207 presos, 36,6%, encontram-se nas outras oito Unidades Prisionais situadas em diversas regiões do interior do Estado.

Sob a responsabilidade da SSP, alojados em delegacias ou cadeias públicas, encontram-se mais 4.601 presos, que o Sistema Penitenciário não pôde absorver por falta de vagas. Dessa forma, o Estado conta hoje com um universo de 10.626 pessoas encarceradas, cumprindo sentença ou aguardando decisão judicial.

A construção de novas unidades prisionais e a ampliação das existentes, ao longo do ano de 2004, logrou incorporar 828 vagas ao sistema prisional. Este acréscimo foi resultado da construção do Conjunto Penal de Juazeiro, da ampliação da Penitenciária Lemos Brito, onde foi construído um novo pavilhão de celas, e da ampliação dos presídios de Vitória da Conquista e Paulo Afonso e do Centro de Observações Penais em Salvador.

Com essas vagas, cuja utilização depende tão-somente dos serviços complementares às obras, o *déficit* de vagas do Sistema Penitenciário cai de 17,2%, em dezembro 2003, para 12,8% ao fim de 2004. Ressalte-se que esse cálculo considera apenas a população carcerária sob a responsabilidade da SJDH. Incluindo-se, entretanto, os presos sob a responsabilidade da SSP, o Estado registra atualmente um *déficit* de 5.372 vagas. (Tabela 9).

Com o propósito de reverter essa situação estão em andamento as obras de construção

das novas unidades prisionais em Simões Filho, Itabuna, Serrinha e Lauro de Freitas, e da Unidade de Regime Disciplinar Diferenciado, localizado no Complexo da Mata Escura, na Capital, e que agregarão 1.714 novas vagas.

A conclusão das obras de construção e ampliação, em andamento, permitirá zerar o *déficit* de vagas, considerando-se apenas os presos internados no sistema penitenciário, e absorver cerca de 20,5% dos presos alojados em delegacias e cadeias públicas.

TABELA 9**SISTEMA PENITENCIÁRIO – VAGAS EXISTENTES E POPULAÇÃO CARCERÁRIA BAHIA, 2003/2004**

UNIDADE	TIPO DE REGIME	POPULAÇÃO		VAGA	
		DEZ 2003	DEZ 2004	DEZ 2003	DEZ 2004 (*)
Capital		3.214	3.818	2.697	3.129
Presídio de Salvador	Fechado	1089	1.078	784	784
Penitenciária Lemos Brito	Fechado	1.318	1.867	1102	1.486
Penitenciária Feminina	Fechado, semi-aberto e aberto	120	156	132	132
Colônia Lafayette Coutinho	Semi-aberto	382	359	283	283
Centro de Observação Penal	Aberto	29	94	48	96
Casa do Albergado e Egresso	Aberto	29	46	68	68
Hospital de Custódia e Tratamento		247	218	280	280
Interior		2.134	2.207	1.729	2.125
Conjunto Penal de Feira de Santana	Fechado, semi-aberto e aberto	608	574	340	340
Conjunto Penal de Teixeira de Freitas	Fechado, semi-aberto e aberto	261	250	268	268
Conjunto Penal de Valença	Fechado, semi-aberto e aberto	179	275	268	268
Presídio de Ilhéus	Fechado	202	215	180	180
Presídio de Vitória da Conquista	Fechado	85	106	75	139
Presídio de Esplanada	Fechado	102	108	112	112
Presídio de Paulo Afonso	Fechado	126	165	118	182
Conjunto Penal de Jequié	Fechado, semi-aberto e aberto; (preso provisório e condenado)	571	514	368	368
Conjunto Penal de Juazeiro	Fechado, semi-aberto e aberto; (preso provisório e condenado)				268
Total Sistema Penitenciário		5.348	6.025	4.426	5.254
Presos sob guarda da SSP		3.881	4.601		
TOTAL DE PRESOS		9.229	10.626		

Fonte: SJDH

(*) Estão computadas as vagas criadas em 2004, que não foram ainda colocadas em funcionamento

Vale ressaltar que a localização das novas unidades prisionais tomou como referencial a atual organização espacial do Estado da Bahia por Eixo de Desenvolvimento, principal referência para a implantação das diretrizes governamentais. Quanto à escolha dos municípios, considerou-se o contingente de presos à disposição nesses espaços territoriais e não a proximidade das Unidades Prisionais já existentes, dando-se preferência às cidades estratégicas, conforme o Plano Estratégico da Bahia.

Outras ações se voltaram para a recuperação das atuais instalações físicas do Sistema Penitenciário. Assim, foram concluídas as reformas da Casa do Albergado e Egresso, do

Centro de Observações Penais, do Hospital de Custódia e Tratamento e da Penitenciária Feminina. No Presídio de Salvador e na Penitenciária Lemos Brito, as obras tiveram como foco a reforma e construção de Postos de Saúde, visando a implantação e implementação do Plano Operativo de Saúde no Sistema Penitenciário, operacionalizado em parceria com a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB.

A Tabela 10 apresenta as obras de construção, ampliação e reforma de estabelecimentos do sistema penitenciário, em andamento ou concluídas em 2004, quando foram aplicados R\$ 18,3 milhões provenientes do Tesouro do Estado e do Ministério da Justiça.

TABELA 10**CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BAHIA, 2004**

UNIDADE	NOVAS VAGAS	RECURSO (EM R\$1.000,00)
Obras Concluídas	828	1.711
Construção do Conjunto Penal de Juazeiro	268	367
Construção de Pavilhão de Celas na Penitenciária Lemos Brito	384	57
Ampliação do Presídio de Paulo Afonso	64	107
Ampliação do Presídio de Vitória da Conquista	64	450
Reforma da Casa do Albergado e Egresso	–	304
Reforma e Ampliação do Centro de Observações Penais	48	143
Reforma do Hospital de Custódia e Tratamento	–	100
Reforma da Colônia Lafayette Coutinho, Penitenciária Feminina, Defensoria Pública e da Escola Estácio de Lima	–	183
Obras em Andamento	1.714	16.615
Construção da Penitenciária de Lauro de Freitas	418	–
Construção do Conjunto Penal de Itabuna	312	815
Construção do Conjunto Penal de Serrinha	432	9.800
Construção de Unidade de Regime Disciplinar Diferenciado no Complexo da Mata Escura, na Capital	324	5.100
Construção do Presídio de Simões Filho	228	900
TOTAL	2.542	18.326

Fonte: SJDH; Sucab

MAPA 1

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BAHIA, 2004



Modernização da Gestão Penitenciária

O esforço de melhoria do Sistema Penitenciário não se limitou apenas à infra-estrutura física, através da construção, reforma e reaparelhamento de suas unidades. Paralelamente, buscou-se a modernização da gestão penitenciária por intermédio de ações como o fortalecimento das atividades voltadas à ressocialização do apenado e do egresso; a realização dos mutirões penitenciários, na busca da agilização de processos judiciais; a capacitação dos servidores do sistema, com foco no tratamento

ressocializador do interno; o apoio e acompanhamento às penas e medidas alternativas; e o acompanhamento de egressos em



Unidades do Sistema Penitenciário

livramento condicional e definitivo. É importante ressaltar que em muitas dessas atividades, como a construção e reaparelhamento de unidades e as ações de ressocialização dos presos a SJDH contou com a parceria de empresas do setor privado e de organizações do Terceiro Setor.

Aperfeiçoamento dos Sistemas de Segurança

Com a finalidade de monitorar e prevenir, de forma mais eficaz, os possíveis transtornos decorrentes de comportamentos não-condizentes à ordem e à disciplina que deve existir no Sistema Penitenciário, estão sendo instalados Sistemas de Controle e Segurança, os quais são compostos por circuito fechado de TV, sistema de alarme, detectores sísmicos e bloqueadores de celular, instalados na Penitenciária Lemos Brito, Presídio de Salvador e Conjunto Penal de Feira de Santana.

Capacitação de Servidores Penitenciários

A Capacitação de Servidores Penitenciários promoveu a participação de 300 agentes penitenciários, alcançando a meta prevista para 2004, através de três cursos realizados em parceria com o Ministério da Justiça. Esses cursos, além de formarem novos agentes penitenciários para o exercício de suas funções profissionais, possibilitaram, aos já pertencentes ao Grupo Ocupacional de Servidores Penitenciários, a reciclagem de seus conhecimentos e a sua ascensão profissional.

Ressocialização dos Presos

O processo de ressocialização visa oferecer ao preso condições para a sua reinserção social após o cumprimento da pena, evitando a marginalização social e a reincidência em atividades delituosas. Para isto, são desenvolvidas atividades de educação, assistência social e formação profissional.

Atividades Educacionais – As ações educacionais desenvolvidas no Sistema Penitenciário, em obediência à Lei de Execuções Penais, tiveram como foco as necessidades objetivas dos apenados que, em sua maioria (84%) são analfabetos, com primeiro grau incompleto e de instrução rudimentar. Cursaram o Ensino Fundamental e o Ensino Profissionalizante 1.105 presos, ou seja 25% da população. Com este processo de reeducação do preso, onde o tratamento biopsicossocial procurou instrumentá-lo com mudanças comportamentais e habilitá-lo em termos profissionais e educacionais, foi realizada a mobilização de entidades governamentais e de segmentos da sociedade civil organizada.

Assim, foram firmadas parcerias com a Secretaria da Educação do Estado – SEC, com a Vara de Execuções Penais – VEP, com o Ministério da Justiça – MJ, e com os segmentos da sociedade civil organizada, as ONGs Alfabetização pela Literatura – Alfalit, o Comitê para o Desenvolvimento da Informática – CDI e o Grupo Tortura Nunca Mais. Nessas ações, foram utilizados recursos

técnicos como suporte, inclusive audiovisuais, a exemplo do Telecurso 2000, facilitando o atendimento a 425 alunos, de Unidades Prisionais da Capital e do interior.

Educação Social – Registrou-se um total de 40.223 atendimentos, voltados para a atenção à saúde dos presos e de seus familiares, incluindo o planejamento familiar, orientação para a prevenção da Aids e doenças sexualmente transmissíveis. Também foram incluídas orientações para a redução dos danos causados pelo uso de drogas, além do acompanhamento de internos portadores de distúrbios mentais no Hospital de Custódia e Tratamento – HCT, onde foi operacionalizado o Programa "De Volta para Casa", objeto de parceria entre o Ministério da Saúde – MS, Ministério da Justiça – MJ, Universidade Federal da Bahia – Ufba, SESAB, e Ministério Público – MP, tendo por objetivo, entre outros, redirecionar o modelo assistencial em saúde mental, privilegiando o funcionamento de oito oficinas terapêuticas, resultando na redução do número de pacientes do HCT e proporcionando um atual *superávit* de 48 vagas na Unidade.

Atividades Laborativas – Buscam motivar os presos para o trabalho, minimizando os problemas de ociosidade, oferecendo oportunidades de qualificação profissional e facilitando o acesso ao mercado de trabalho após o cumprimento da pena. Os presos envolvidos com essas atividades são remunerados com o equivalente a 75% do valor do salário mínimo vigente, de cujo percentual 25% destina-se à formação de um pecúlio, do qual irão se beneficiar quando em liberdade.

As parcerias com 39 empresas – 22 na Capital e as demais no interior do Estado, conforme detalhamento no Quadro 2, resultaram na ocupação da mão-de-obra de 683 presos em 2004, produzindo peças pré-moldadas em cimento destinadas à urbanização, ao saneamento e à construção civil, tais como: balastradas e postes decorativos, muros de arrimo, bancos, blocos, pré-lajes, calhas e elementos para casas pré-moldadas, totalmente desmontáveis. Ainda como produtos, encontra-se a produção de bolas de couro para atividades de esporte e lazer, móveis e peças decorativas em



Atividades Laborativas no Sistema Penitenciário

QUADRO 2

EMPRESAS PARCEIRAS NAS ATIVIDADES DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS PRESOS BAHIA, 2004

UNIDADE DE TRABALHO	EMPRESA	TIPO DE ATIVIDADE
Capital		
Penitenciária Feminina	Wilker Print	Fábrica de Fitas para Impressora
	Carolomile	Peças Ortopédicas
	Di Gregório Criações	Calçados
	Fábrica de Estopas	Estopas
Penitenciária Lemos Brito	Salomon	Decoração – Pátina em Ferro e Madeira
	Maxtranca	Trancas p/ Carro de Compras
	Rodos e Vassouras	Fábrica de Rodos e Vassouras
	Requinte Móveis	Marcenaria – Móveis
	Instituto Mauá	Artesanato – Peças em Piaçava e Palha da Costa
	Frastec	Reprocessamento de Resinas Plásticas
	Fábrica de Estopas	Estopas
	Multipak	Sacolas Plásticas
	Vassourart	Vassouras
	Cambuci S.A.	Bolas Penalty
Colônia Lafayette Coutinho	Prévia Ltda.	Confecção de Sacolas Plásticas
	Aroma e Sabor	Cozinha – Serviços Gerais
	ECT	Serviços Postais – Triagem de Correspondências
	NMS	Carpintaria
	Premoltec	Artefatos em Cimento – Pré-moldados
	Atman Construção e Incorporação Ltda.	Pré-moldados em Cimento
Casa do Albergado e Egresso	Cambuci S.A.	Bolas Penalty
	Vinibol	Fábrica de Bolas de Futebol
	ECT	Serviços Postais – Triagem de Correspondências
Presídio Salvador	Liceu de Artes e Ofícios	Construção Civil
	Himalaia	Reprocessamento de Resinas Plásticas
Interior		
Conjunto Penal de Jequié	Cambuci S.A.	Bolas Penalty
Presídio Regional de Feira de Santana	ECT	Serviços Postais – Triagem de Correspondências
	Cambuci S.A.	Bolas Penalty
	Bahia Artes Gráficas	Serviços de Gráfica
	Ki-Gol	Botas Ki-Gol
Conjunto Penal de Teixeira de Freitas	Gransul	Fábrica de Vassouras
	Biscoitos Ícaros	Pães e Biscoitos
	Lavanderia Arco-Íris	Lavagem de Roupas
	Metalúrgica São Lucas	Peças de Ferro
	Caixa Forte	Embalagens em Madeira
Presídio de Vitória da Conquista	Artefatos Santa Rita	Decoração – Peças em Gesso, Madeira e Resina
Presídio de Ilhéus	União Produtora de Embalagens	Sacolas Plásticas
	Lavil	Lavagem de Roupas
Conjunto Penal de Valença	Cambuci S.A.	Bolas Penalty
	Fazenda Saramandaia	Produtos Agrícolas
	Mercadinho Dois Irmãos	Serviços Gerais
	Oficina Mecânica Oliveira	Mecânica de Autos
	Padaria São Felipe	Pães e Bolos
	Reis & Batista Ltda.	Serviços Gerais
	Viação Jequiriçá	Transportes
	Yumatã	Serviços Gerais

Fonte: SJDH

ferro batido e em madeira, fitas para impressoras, máquinas de escrever e caixa registradora, sacos plásticos reciclados e velas decorativas.

Além dessas empresas, as atividades laborativas foram desenvolvidas também em parceria com o Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, tendo como resultado a absorção de 424 presos na aprendizagem das técnicas de artesanato e na implantação de oficinas produtivas. Vale ressaltar que os trabalhos de arte e artesanato tiveram a sua confecção redirecionada sob nova ótica, voltada para vendas e melhoria da qualidade do produto, sendo este comercializado, principalmente, no Mercado Modelo, em Salvador.

As metas de absorção de mão-de-obra estabelecidas para o presente exercício foram amplamente ultrapassadas, graças, principalmente, às parcerias firmadas com o setor privado, e ao incentivo à livre produção artesanal por parte dos presos, cujo escoamento da mercadoria foi respaldado no apoio dos seus familiares.

Assistência à Saúde – Na área de atendimento à saúde da população prisional, destaque deve

ser dado às providências tomadas para a implantação e implementação do Plano Operativo de Saúde no Sistema Penitenciário. Previsto na Portaria Interministerial nº 1.777/GM/MS, de 9 de setembro de 2003, o Plano tem como objetivo prover a atenção à saúde da população prisional, garantindo seu acesso aos benefícios do Serviço Unificado de Saúde – SUS. A responsabilidade da gestão é da SESAB, enquanto o gerenciamento da SJDH. Os recursos provenientes dos Ministérios da Saúde e da Justiça são repassados para o Estado da Bahia, que também vem alocando recursos próprios com tal finalidade nas obras de construção e reforma de Postos de Saúde nas Unidades Prisionais. Para agilização do Plano, foram contratados 54 profissionais da área de saúde, que irão trabalhar com outros servidores do Sistema Penitenciário, nas Unidades onde inicialmente será desenvolvida esta ação.

Assistência Judiciária – Com o objetivo de atender os presos carentes, sem condições financeiras para contratar advogados, o Mutirão Judiciário visa à agilização dos processos de execução e revisão da pena, progressão de regime prisional e liberdade, entre outros, contando com a participação de estudantes de diversas faculdades de Direito, que auxiliam os Defensores Públicos. Foram atendidos 2.074 presos das Unidades da Capital e do interior do Estado.

Acompanhamento ao Egresso e aos Familiares – Para promover o acompanhamento do egresso e de sua família, por intermédio da parceria firmada com a Fundação D. Avelar Vilela, foi mantida a Casa de Acolhimento,



Produtos Artesanais no Sistema Penitenciário

beneficiando 50 egressos e também atendidos 200 egressos em liberdade condicional e definitiva, possibilitando seu deslocamento para cidades do interior e para outros Estados. Especificamente no que se refere às famílias dos presos, 70 crianças e adolescentes da Escola Estácio de Lima, e 120 crianças do Centro Nova Semente, que abrigam filhos de presos em Salvador, foram atendidos neste exercício.

Aos resultados obtidos com esta parceria, somam-se outras realizações do Conselho Penitenciário do Estado da Bahia, um dos órgãos fiscalizadores da execução penal, e que concedeu 389 comutações de pena e de indulto. Foram, ainda, promovidos 71 atendimentos a egressos e seus familiares, através do seu Serviço Social, além dos realizados pelo Serviço Social da Vara de Execuções Penais. Neste período foram concedidos 440 livramentos condicionais.

Apoio às Penas e Medidas Alternativas – Como uma das vias de humanização do Direito Penal, e, conseqüente meio de redução do ingresso de novas pessoas no Sistema Penitenciário, foi propiciado o fomento das penas e medidas alternativas, que permitem aos sentenciados da Justiça por crimes de menor potencial ofensivo serem ressocializados através do trabalho em benefício da própria comunidade, de acordo com os princípios e leis penais. Desta forma, através da Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas – Ceapa-BA, neste exercício, 759 beneficiários cumpriram totalmente a pena e ou medida alternativa em instituições que estruturam a Rede Social, atualmente

com 170 instituições, das quais 62 cadastradas neste exercício, beneficiadas com as doações resultantes das prestações pecuniárias e com o trabalho dos prestadores de serviço à comunidade.

Desta forma, a Ceapa-BA, com o apoio Poder Judiciário e do Ministério Público, aplicou penas e medidas alternativas, contribuindo, neste exercício, para que os 759 beneficiários de tais penas e medidas não ingressassem no Sistema Penitenciário, o que poderia representar um aumento de 14% do seu contingente populacional.

HUMANIZAÇÃO DO TRÂNSITO

O Departamento Estadual de Trânsito – Detran, órgão que tem a incumbência de planejar, dirigir, controlar, fiscalizar, disciplinar e executar os serviços relativos ao trânsito, com o objetivo de prestar um atendimento cada vez melhor à comunidade, vem investindo na modernização dos seus procedimentos, na capacitação de seus servidores e no desenvolvimento de campanhas educativas.

Educação para o Trânsito

A Educação para o Trânsito, em cumprimento ao dispositivo legal do Código de Trânsito Brasileiro, deve ser ministrada nas escolas de todos os níveis, de forma interdisciplinar e transversal, o que vem sendo feito através do Programa "Educar para Transformar, Transformar para Educar". Através desse programa são oferecidos, nas escolas estaduais, municipais e particulares, subsídios sobre noções de trânsito, que os professores



Educação para o Trânsito

agregarão ao seu trabalho, no sentido de contribuir, pela educação, para diminuir as causas e os efeitos dos acidentes de trânsito, especialmente no que se refere a casos com crianças, adolescentes e jovens. Ele se constitui, assim, num valioso instrumento na luta pela conscientização e esclarecimento com relação aos direitos e deveres dos cidadãos e a preservação da vida no trânsito.

Em iniciativa pioneira, o Detran já implantou o programa em 121 cidades no Estado, tendo alcançado 11.566 pessoas, entre professores, lideranças comunitárias e servidores que atuarão como multiplicadores dos conteúdos para 1,6 milhão de alunos. No ano de 2004 o programa foi implantado em mais 11 municípios – Milagres, Itajuípe, Ibiassucê, Presidente Jânio Quadros, Queimadas, Nordestina, Guajeru, Jacaraci, Riachão das Neves, Una e Barra – atingindo 294 escolas e mais de 50 mil alunos.

Entre as razões para a queda, entre 1999 e 2003, dos índices relativos a acidentes, feridos e mortos em 11,8%, 1,5% e 29,9%, respectivamente, certamente pode ser apontado o trabalho desenvolvido pelas ações de educação para o trânsito.

A comemoração da Semana Nacional do Trânsito, que tem por objetivo conscientizar a população para a importância da mudança comportamental em relação ao trânsito, foi organizada este ano em torno do tema "O Trânsito é Feito de Pessoas. Valorize a Vida". Este tema foi desenvolvido em conjunto pelo Denatran, Ministério das Cidades e Ministério da Saúde para marcar as comemorações nacionais referentes ao Dia Mundial da Saúde de 2004, instituído pela Organização Mundial da Saúde – OMS. A escolha reflete a constatação dessa organização que os acidentes de trânsito se tornaram um grave problema de saúde pública.

O tema foi desenvolvido pelo Detran através de diversas atividades realizadas no Centro Interativo do Detran e em área específica montada para receber alunos da rede escolar da Capital.

Controle e Qualidade dos Serviços de Trânsito

Operando com dois grandes sistemas, o Registro Nacional de Condutores Habilitados – Renach, e o Registro Nacional de Veículos –

Renavam, o Detran está investindo fortemente na introdução de tecnologias de ponta e na modernização dos seus procedimentos, visando à melhoria da qualidade do atendimento e à maior segurança dos serviços oferecidos. As novas tecnologias e procedimentos adotados pelo Detran, além de propiciar mais rapidez e eficiência nos serviços, asseguram, também, maior segurança quanto à identificação do proprietário do veículo, contribuindo para coibir fraudes e a legalização de veículos subtraídos aos seus legítimos proprietários.

Entre as novas tecnologias e procedimentos adotados pelo Detran destacam-se:

- Desenvolvimento de projeto piloto de captura *on-line* assegurando identificação pelas impressões digitais, foto e assinatura digital, colhidas diretamente pelo sistema para o banco de dados, garantindo total segurança em todas as etapas do processo de habilitação de condutores;
- Instalação do projeto piloto de *palm* para os resultados de exames de direção prática veicular, um passo importante para a segurança

e avanço da tecnologia do processo de habilitação de condutores, pois será eliminado o preenchimento de cartão manualmente;

- Implantação da Prova Eletrônica de Legislação de Trânsito, cujo resultado do exame é impresso na mesma sala onde é executado, em mais 16 Ciretrons – Itabuna, Ipirá, Juazeiro, Paulo Afonso, Barreiras, Simões Filho, Alagoinhas, Amargosa, Camaçari, Guanambi, Valença, Santo Amaro, Senhor do Bonfim, Itapetinga, Brumado e Seabra –, neste ano, quando o órgão totalizou a oferta deste serviço nas 32 unidades descentralizadas do interior do Estado;
- Entrada no Sistema Nacional de Gravames – SNG. Este sistema permite às instituições financeiras a inclusão e a baixa de gravames relativos aos contratos com alienação fiduciária, arrendamento mercantil e reserva de domínio, diretamente nas bases de dados dos Detrans, através de processo informatizado, eliminando procedimentos burocráticos e fraudes;
- Entrada no Registro Nacional de Infrações – Renainf, que permite a cobrança de infrações cometidas em outros Estados, com restrição no módulo de multas;
- Maior segurança no lacre de placa, com cores distintas para cada categoria;
- Intensificação da Fiscalização pela Controladoria Regional de Trânsito – CRT, nos Centros de Formação de Condutores;
- Sistema de Distribuição Equitativa de Placas.



Operação dos Serviços de Controle do Trânsito

Também cabe ressaltar, entre as medidas voltadas para oferecer um melhor serviço aos seus usuários, a entrega da habilitação em 24 horas, a entrega domiciliar de documentos de licenciamento, a ampliação do sistema de vistoria com hora marcada, a antecipação do horário de funcionamento do Posto Central de Atendimento e a inauguração da nova Central de Exames de Narandiba, na Capital. Os Gráficos 2 e 3 apresentam a evolução dos serviços de licenciamento e habilitação efetivados pelo Detran.

Policiamento e Sinalização das Rodovias

As atividades de fiscalização do transporte de carga e controle da velocidade do tráfego são executadas pelo Derba, em parceria com a

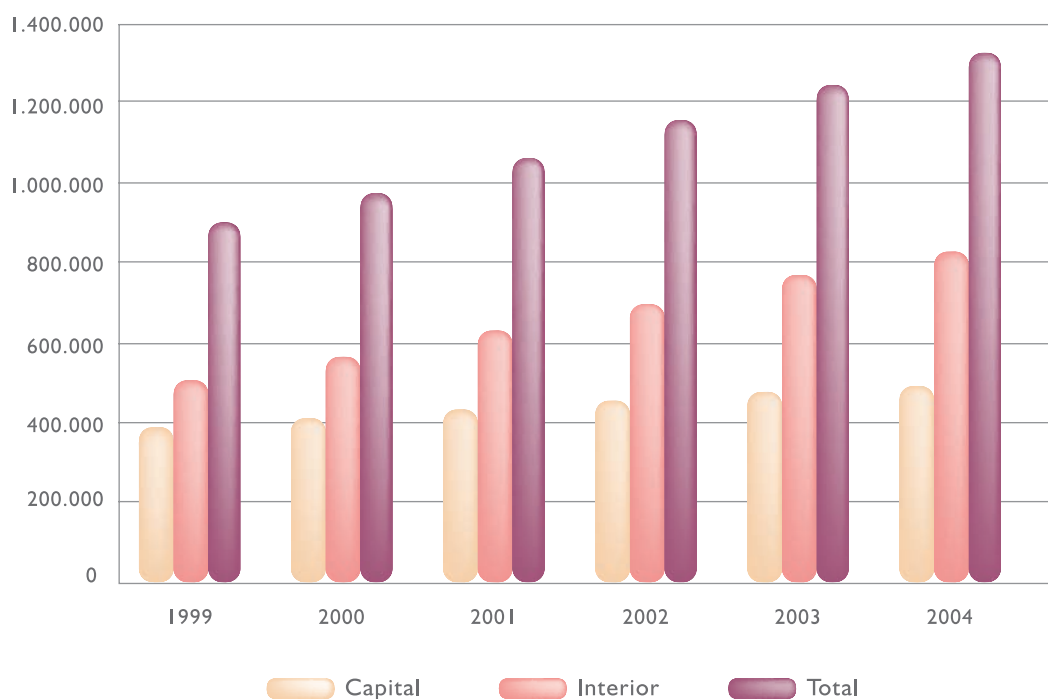


Policiamento de Rodovias

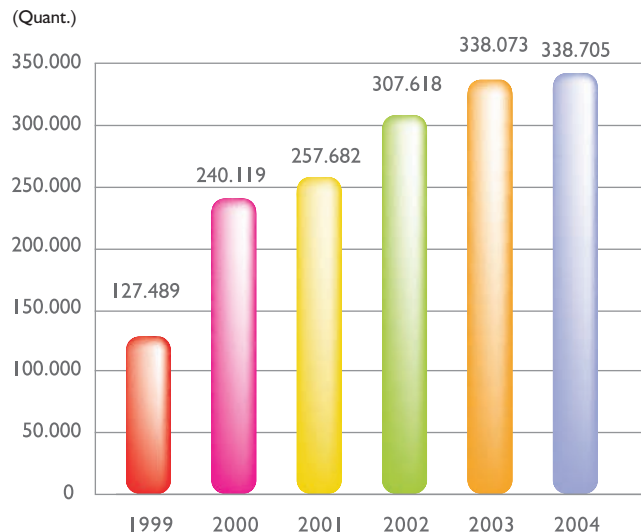
Polícia Rodoviária Estadual, através de 26 postos fixos de policiamento. O Derba dispõe, ainda, de 20 residências no interior, para dar suporte às atividades de manutenção das rodovias.

GRÁFICO 2

VEÍCULOS LICENCIADOS
BAHIA, 1999–2004



Fonte: Detran

GRÁFICO 3**CARTEIRAS DE HABILITAÇÃO EXPEDIDAS
BAHIA, 1999–2004**

Fonte: Detran

apresentou em 2004 uma média de 100 mil acessos por mês, é possível consultar informações sobre veículos, pontuação de condutores, infrações, resultados de exames de habilitação, extrato de multas e o acompanhamento do encaminhamento via Sedex da entrega do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos – CRVL.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Os recursos aplicados em 2004 para o policiamento e segurança pública das rodovias ascenderam a R\$ 3,5 milhões. Na sinalização horizontal e vertical das rodovias foram aplicados, pelo Derba, no mesmo período, R\$ 1,5 milhão. Esses recursos permitiram a adequada sinalização de 500 km de rodovias, podendo ser destacadas, entre as rodovias beneficiadas, a BA-026 (entroncamento da BR-101 com Dom Macedo Costa); a BA-539 (entroncamento da BA-026 com São Miguel das Matas); e a BA-245 (entroncamento da BA-142 com Itaeté).

Portal Web do Detran

A construção do *website* do Detran veio oferecer à comunidade mais uma forma de acesso ao conjunto de serviços que são disponibilizados pela internet. Através do *site* do Detran (www.detran.ba.gov.br), que

O Governo do Estado, visando reorientar os meios voltados à conquista de dignidade e humanização das relações entre as pessoas, numa demonstração de vontade política, implantou a Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos – SUDH, criada pela Lei nº 8.959, de 9 de abril de 2003, na estrutura da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos – SJDH, e que tem como finalidade planejar, coordenar, promover, supervisionar, articular, avaliar e fiscalizar as políticas públicas estaduais voltadas para a promoção e proteção dos direitos humanos, além de executar as deliberações emanadas dos Conselhos Estaduais de Direitos vinculados à SJDH.

Para tanto, as ações destinaram-se à consecução dos seus objetivos, destacando-se a interlocução construída com as diversas secretarias e órgãos públicos, com a

constituição de uma comissão intersetorial voltada para a integração das ações governamentais em prol dos direitos humanos, bem assim promovendo o diálogo com os diversos setores da sociedade civil, além da realização e da participação em conferências e encontros para estabelecer aproximação e identificação das demandas, diversidades e integração das ações.

Com o propósito de ampliar o serviço de recebimento e processamento de denúncias implantado neste período, a SJDH, através da SUDH iniciou a estruturação da parceria com a Ouvidoria Geral do Estado da Bahia, no sentido de que as denúncias referentes às ameaças ou violações aos direitos humanos sejam apreciadas por sua equipe técnica, de forma a adotar as medidas cabíveis. Outra ação fundamental foi o início da realização de estudos e pesquisas na área dos direitos humanos, o que está sendo feito em parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI.

Apoio aos Conselhos de Direitos

Prestando assistência aos Conselhos de Direitos vinculados à SJDH, executando as deliberações emanadas desses órgãos colegiados, em 2004, a SUDH realizou, em parceria com a Secretaria de Combate à Pobreza – SECOMP e com a Assessoria Geral de Comunicação do Governo do Estado – Agecom, a I Conferência Estadual de Direitos Humanos, objetivando a construção do Sistema Nacional dos Direitos Humanos no Estado da Bahia, pelo Poder Público e sociedade civil, bem como a I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, visando à promoção

das políticas públicas sob uma perspectiva de gênero no Estado e no nosso país.

Neste exercício, também, através da articulação com os diversos segmentos da sociedade, foram nomeados e empossados os integrantes do Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher, do Conselho dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra e do Conselho Estadual de Entorpecentes.

Na sua atuação, a SUDH busca a condição de ser a porta-voz dessa cultura dos direitos humanos com uma nova linguagem, para a garantia dos direitos fundamentais em que respeita os protagonistas da democracia – a sociedade civil – mediante relações múltiplas, recíprocas e vinculativas, de forma solidária entre os cidadãos e o Estado, desfazendo a expressão estereotipada de que os direitos humanos guardam certa cumplicidade com as pessoas transgressoras dos direitos e da lei.

Apoio às Vítimas de Violência

O Centro de Atendimento às Vítimas de Violência – Ceviba, tem como objetivo prestar orientação e acompanhamento psicossocial e jurídico às vítimas e familiares de vítimas de violência no Estado da Bahia, dando especial atenção às vítimas de violências praticadas contra crianças, adolescentes, mulheres, à violência racial e à tortura, procurando sobretudo, estabelecer mecanismos de desconstrução dessas práticas.

Nesse sentido o Ceviba prestou, em 2004, em Salvador e sua Região Metropolitana, 10.789

atendimentos, através de contatos pessoais, telefônicos, para registro de casos médicos, odontológicos, jurídicos e psicológicos. Vale ressaltar que em 2004 foram registrados 262 novos casos, constatando que houve um crescimento de atendimentos de 38,7% em relação a 2003.

Além destas atividades de atendimento, foi realizado o II Seminário Estadual do Ceviba, promovendo a congregação de posseiros na luta contra a violência.

Os resultados alcançados deveram-se às parcerias realizadas entre entidades de vários segmentos da sociedade, o Instituto Médico Legal, a Defensoria Pública do Estado – DPE, o Centro de Saúde Mental Osvaldo Camargo, entre outras. A viabilização financeira foi promovida por intermédio de convênios firmados entre o Ministério da Justiça e o Estado da Bahia, através da SJDH, e desta com o Centro Espírita Cavalheiros da Luz, envolvendo recursos de R\$ 199 mil.

Proteção às Testemunhas e Vítimas da Violência

O Programa de Proteção à Testemunha – Provita tem por objetivo estabelecer uma rede de proteção e apoio a testemunhas, vítimas e seus familiares, relacionada a ocorrência de crimes, permitindo a apuração dos delitos como meio eficaz de combater a impunidade e assegurar o exercício da cidadania.

Em 2004, o Provita proporcionou a apuração dos crimes na esfera policial e/ou judicial a 78 pessoas, cuja tipificação criminal pode ser

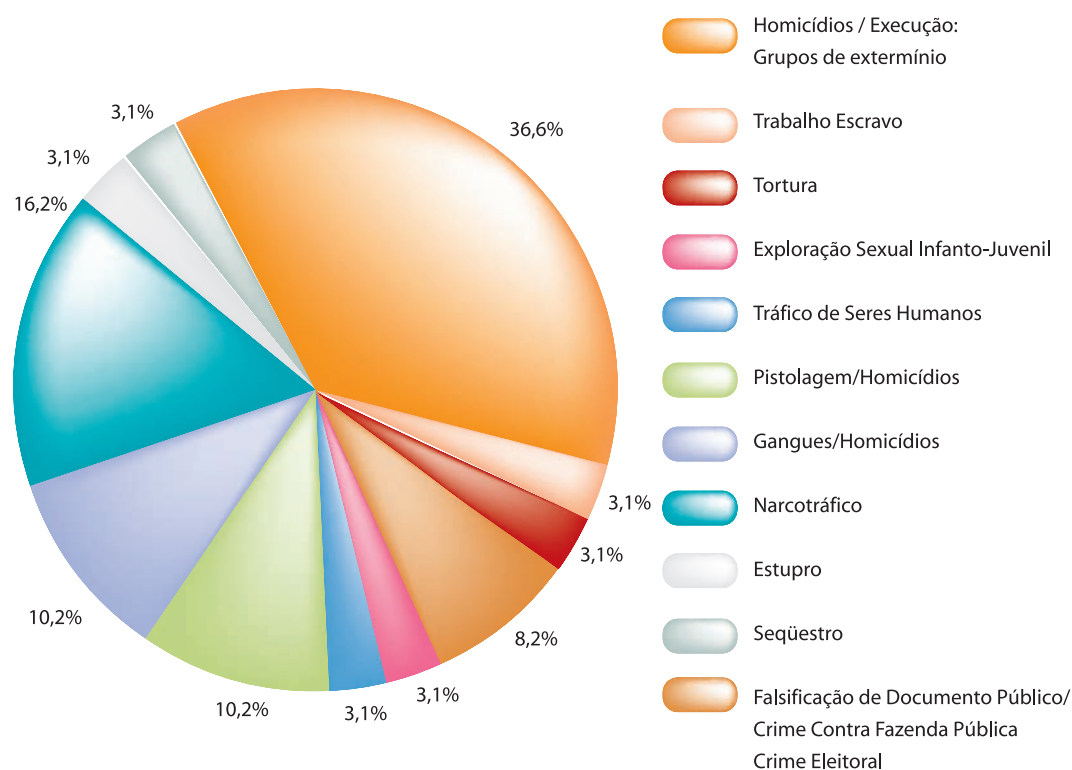
constatada no Gráfico 4. De todos os casos atendidos, 70% encontram-se em curso. Neste percentual, 20% encontram-se em fase de inquérito policial e 50% sob instrução criminal. Nos demais 30% já foi prolatada a sentença.

Para ampliação, consolidação e capacitação da Rede, continua em curso o Projeto "Rede Solidária de Proteção – perspectiva de fortalecimento político-social", financiado pela Coordenação Ecumênica de Serviços – Cese, elaborado e executado pela Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – AATR. Como resultados deste projeto, foram cadastrados 185 novos voluntários, que serão incorporados à rede do Provita, e realizadas duas Oficinas de Capacitação, nas cidades de Juazeiro e Vitória da Conquista. A Tabela 11 apresenta os dados relativos à rede de voluntários e de proteção do Provita.

O ano de 2004 caracterizou-se, especialmente, pela diversificação do atendimento, com a ampliação do número de casos, bem como pelo maior leque de tipos penais acolhidos na proteção. Pode-se destacar no atendimento à população as parcerias com o Ministério Público e as corporações policiais, dentre outras instituições que dão suporte ao encadeamento de ações de combate ao crime de narcotráfico e de grupos de extermínio que atuam no Estado.

Os resultados alcançados foram permitidos pelas parcerias realizadas entre o Ministério da Justiça e o Estado da Bahia, através da SJDH, e desta com a AATR, entidade do Terceiro Setor.

GRÁFICO 4

ATENDIMENTO DO PROVITA/BA
BAHIA, 2004

Fonte: SJDH

TABELA 11

PROVITA
BAHIA, 2004

SERVIÇO	QUANTIDADE
REDE DE VOLUNTÁRIOS	74
Protetor	25
Prestador de Serviço	18(*)
Colaborador	31(**)
REDE DE PROTEÇÃO	51
Local de pouso gratuito	10
Local de pouso pago	18
Local de proteção gratuito	4
Local de proteção pago	19

Fonte: SJDH

(*) Inclusive instituições de saúde parceiras

(**) Inclusive instituições religiosas, ONGs, sindicatos, pequenos empresários, comissões e prefeituras

Assistência Jurídica Gratuita

As ações de assistência jurídica gratuita à população carente promovida pela Defensoria Pública do Estado – DPE, em 2004, proporcionaram a realização de 506,7 mil atendimentos, na Capital e no interior do Estado, relacionados à assistência extrajudicial e judicial. No que concerne à assistência extrajudicial, esses atendimentos dizem respeito à satisfação das mais diversas necessidades daqueles que buscam os serviços de assistência gratuita da DPE, a exemplo de consultas, composições amigáveis, mediação de conflitos e esclarecimentos sobre direitos voltados ao exercício da cidadania.

Quanto à assistência judicial, os atendimentos envolvem o ajuizamento das ações requeridas em nome dos assistidos e o acompanhamento da tramitação processual até a decisão final. Podem ser, dentre outros, citados os seguintes serviços: 12,4 mil audiências; 40,6 mil atendimentos na área cível; 767 benefícios concernentes a liberdades provisórias, relaxamentos de prisões, revogações de decretos de prisão preventiva e habeas corpus.

Na Capital, a DPE promoveu assistência judicial em 27 mil ações, sendo 19 mil ações na área cível (das quais 14 mil correspondem a ações na área de família) e 8 mil ações na defesa criminal. Isto significa que a DPE atuou em 44% dos 60 mil processos distribuídos esse ano na Capital.

No interior, com atuação em 31 Comarcas, a DPE promoveu assistência judicial em 25 mil ações na área cível (das quais 19 na área de família) e na defesa criminal em 10 mil ações penais. Assim, totalizaram 35 mil ações, o que corresponde a 47% dos 73 mil processos distribuídos no interior.

Ao todo, a DPE atuou em 61 mil processos. A Tabela 12 apresenta o atendimento da Defensoria Pública na Capital e no interior.

Esses resultados tornaram-se possíveis em face da redistribuição espacial dos Defensores Públicos para comarcas de maior porte e de movimentação processual, decorrente dos processos de remoção e promoção realizados. Essa redistribuição tornou a Defensoria Pública potencialmente acessível a 42% da população do Estado, equivalente a 5,6 milhões de habitantes, sendo 2,5 milhões referentes à Capital e 3,1 milhões ao restante do Estado.

TABELA 12**ASSISTÊNCIA JUDICIAL GRATUITA BAHIA, 2004**

ÁREA	CAPITAL	INTERIOR	ESTADO
Cível	18.500	24.638	43.138
Criminal	8.100	9.855	17.955
TOTAL	26.600	34.493	61.093

Fonte: SJDH/DPE

Além disso, esses resultados foram proporcionados pela reativação do Núcleo de Prática Jurídica da Ufba, na Capital, e a instalação do Núcleo Jurídico da União Metropolitana de Educação e Cultura – Unime, na RMS, em Lauro de Freitas.

Na Capital, visando à agilização dos atendimentos, também foi promovida a reformulação da Central de Ações Rápidas – CAR, ajustando o sistema de atendimento diferenciado àqueles interessados nos aforamentos de ações de alimentos, alvarás, interdição, divórcio e separação consensual, tutela e ações pertinentes à Vara de Registro Público, ações estas que representam aproximadamente 70% da demanda da DPE. Como resultado, esta ação permitiu a melhoria da qualidade do serviço disponibilizado à população carente, contribuindo para alcançar um padrão de eficiência ao seu público.

Além dos atendimentos realizados pela DPE, através de convênio firmado entre a a SJDH e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia – OAB/BA, também foi disponibilizada à população carente serviços de orientação e assistência judiciária a 5.402 pessoas. O Serviço Social da entidade realizou 383 atendimentos. Para esta assistência técnico-financeira foram investidos R\$ 1 milhão neste exercício de 2004.

